

Escolarização e percurso transgeracional de um grupo de trabalhadores imigrantes da Calábria no Brasil

José Sacchetta Ramos Mendes

A imigração da Europa Meridional para a América do Sul apresentou transformações significativas no perfil educacional do grupo emigrado e seus descendentes. Este artigo narra o percurso de escolarização de um pequeno grupo de lavradores italianos provindos de Paterno Calabro, *comune* próximo a Cosenza, na Calábria, que na passagem do Século XIX para o XX se radicaram na região cafeeicultora do Estado de São Paulo. Eles possuíam escolaridade incipiente ou nula quando partiram da Itália. Ao chegar no Brasil, empregaram-se na lavoura do café. Por meio da documentação reunida, este estudo reconstituiu a sua trajetória no universo do trabalho e de instrução escolar, denotando o processo de inserção das primeiras gerações na sociedade brasileira.

As fontes utilizadas constituem-se de dois conjuntos documentais reunidos em arquivos de família. O primeiro é formado por documentos oficiais (certidões de nascimento, casamento e óbito, diplomas, anotações de trabalho e algumas fotografias). Um segundo conjunto compõe-se de entrevistas feitas em âmbito familiar, ao longo de vários anos, com o objetivo de guarda da memória dos mais velhos. O estudo se fundamenta também na literatura mais ampla sobre a imigração no Brasil.

Algumas preocupações metodológicas se colocaram, *a priori*, ao utilizar fontes de arquivo familiar. A organização e seletividade dos documentos é um dos pontos observados criticamente. Um segundo aspecto é o tratamento de registros orais de pessoas relacionadas aos entrevistadores. As entrevistas mais antigas foram feitas sem metodologia apropriada e não foram gravadas em áudio, o que obrigou à relativização de informações e ao cruzamento sistemático de fontes, inclusive no aspecto cronológico, entre registros antigos e as entrevistas mais recentes, estas sim adequadamente gravadas em áudio. Outra preocupação, ainda, diz respeito à elaboração acadêmica deste painel histórico para além do memorialismo.

Uma possibilidade foi aproximar-se das premissas do gênero histórias de vida, com o reconhecimento de que os relatos de um indivíduo sobre si mesmo, ou sobre pessoas e temas com os quais tenha implicação, devem ser validados por outras fontes¹. Distinto das histórias de vida, porém, este estudo não tem a meta de compor biografia, até mesmo em razão dos limitados detalhes disponíveis sobre as histórias individuais. O objetivo maior, de fato, é vislumbrar a trajetória de deslocamento territorial, trabalho e escolaridade de um pequeno grupo de imigrantes da Calábria no Estado de São Paulo, e sua continuidade na descendência brasileira. Em certo sentido, o trabalho tangencia o tipo de abordagem que se convencionou como *working class history through migration*, a história de trabalhadores por meio das migrações. Seja como for, o estudo propõe um recorte no percurso de gente comum que se transferiu da Itália para o Brasil, e o desenvolvimento familiar na área educacional.

Imigração italiana para o café após o fim da escravidão no Brasil

Em uma manhã de fevereiro de 1898, ao término da missa dominical, um jovem calabrês de 16 anos juntou-se a uma aglomeração de pessoas defronte à Igreja de San Francesco di Paola, na aldeia de Paterno Calabro, a 18 quilômetros de Cosenza. O grupo foi atraído pela proposta de trabalho nas fazendas da América do Sul feita por um homem que falava aos interessados e buscava convencê-los a partir. Ele explicou que a viagem marítima até o local de trabalho levava vários dias e que a passagem seria paga pelos empregadores. Anotou os nomes dos interessados e os convocou a se reunirem no dia seguinte para a partida. O rapaz de 16 anos – chamado Francesco como o patrono da igreja onde estavam – pediu permissão à mãe para partir. O lugar de destino, o Brasil, ele já tinha ouvido falar. Várias pessoas haviam deixado a região cosentina para se empregar nas fazendas daquele país. A notícia era de uma terra com trabalho, o quanto bastava para um jovem como ele, sem ofício nem ocupação.

Francesco Sacchetta não havia frequentado escola. Era analfabeto. Seu pai morreu soterrado em um porão 28 dias após o nascimento do filho. A mãe, para sempre enlutada em negro dos pés à cabeça, passou a cuidar sozinha da família, com dificuldade e carestia. Anos depois, já adulto, Francesco lembrava da fome e do frio que vivenciou na infância

¹ Donatella della Porta, *Life Histories in «Practices in Social Movements Research»*, Oxford Scholarship On Line, Oxford 2014, pp. 1-29, [<http://www.oxfordscholarship.com>].

na sua Calábria. Contava que, por vezes, tinha apenas pão com açúcar para comer de manhã e pão com azeite no jantar.

Por volta dos seis anos, Francesco começou a trabalhar ajudando vizinhos em pequenos serviços. A família não possuía bens, além da casa que habitava, perto da Fontana Grande, ponto de encontro das mulheres de Paterno Calabro. Ali elas lavavam roupa e retiravam água para consumo. As mulheres paternesas eram um tópico na fala de Francesco. Elas eram ativas e fortes, segundo ele. Apesar disso, seguiam seus homens, fosse marido ou filho. O homem era sempre o chefe da casa, mesmo sendo mais jovem, como ele. Fora do ambiente familiar, as mulheres não se misturavam com os homens. A Fontana Grande era o único lugar do *paese* onde homens e mulheres tinham contato público. Ali surgiam interesses e casamentos. Já no interior da família, a força feminina equilibrava a autoridade masculina, segundo a visão paradoxal que Francesco transmitiu aos descendentes.

As mulheres de Francesco, sua mãe e uma irmã, não o acompanharam na decisão de emigrar. Contudo, a mãe não relutou em aceitar a escolha individual do filho. Talvez por que na sua memória familiar outras pessoas haviam partido em anos anteriores para países americanos. Seu irmão Francesco Occhiuto havia embarcado para o Brasil dois anos antes, aos 24 anos de idade. Esta pesquisa não obteve informação sobre ele. Há indícios de que lavradores da região de Paterno Calabro iniciaram a rota emigratória para a zona cafeeicultora do Interior Paulista entre 1887 e 1890. O arquivo do Museu da imigração do Estado de São Paulo e seu acervo digital dão notícia do desembarque no porto de Santos de diversos imigrantes (indivíduos e famílias) com os sobrenomes abordados nesta narrativa. Em alguns casos se reconhece o vínculo familiar. Em outros, não é possível afirmar que sejam relacionados².

O Francesco Sacchetta deste estudo nasceu em Paterno Calabro no dia 04 de fevereiro de 1882, filho de Marzio Sacchetta e Gabriella Occhiuto. Partiu em fevereiro ou março de 1898, em companhia de um grupo de lavradores da região de Cosenza, com destino ao porto de San-

² O acervo digital do Museu da imigração do Estado de São Paulo registra imigrantes com os sobrenomes desta pesquisa desembarcados no porto de Santos, inscritos sequencialmente nos livros de matrícula. É o caso dos lavradores Giuseppe Misasi e Francesco Saccheto (variação do sobrenome com possível origem em erro de transcrição), que aportaram em 02.06.1893. O fato de seus nomes constarem juntos no livro de entrada da Hospedaria dos imigrantes permite inferir que se conheciam anteriormente. Há também Francesco Occhiuto, de 24 anos, que chegou no Brasil em 1890, entre outros. Os registros desses sobrenomes na base de dados concentram-se nos anos 1890-1893, anteriores à baliza deste painel, [<http://museudaimigracao.com/acervodigital/index.php>].

tos, de onde foi encaminhado para o trabalho em fazendas de café do Interior Paulista.

Dez anos antes de emigrar, em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Uma parte dos descendentes de escravos se inseriu como mão de obra assalariada nos latifúndios cafeicultores. Mas por razões sociais, econômicas e até raciais a força de trabalho da Europa Meridional tornou-se a preferida dos capitalistas do café. Na primeira década após a Abolição dos Escravos (entre 1888-1898), 799.987 italianos desembarcaram no Brasil, perfazendo 59% do total de 1.341.806 imigrantes que chegaram no período, segundo dados oficiais³. Nas duas décadas seguintes, mais de um milhão de italianos desembarcou em São Paulo. A maioria radicou-se na região cafeicultora. Daí não surpreende a alegação, repetida por Francesco, de que os italianos ocuparam o lugar dos negros nas fazendas de café. Na ideia que transmitiu, talvez estivesse a relacionar o seu trabalho com o de um escravo.

É difícil hoje saber se a ideia de que os italianos substituíram o braço escravo era corrente entre os imigrantes calabreses em São Paulo, ou se é uma construção discursiva posterior, não contemporânea à sua alegada ocorrência. Em todo caso, a pessoalidade do relato de Francesco tem importância. E ganha força em um quadro de analogia – incorreto, ressalte-se – no qual o trabalho livre de europeus na agricultura do café era comparado ao escravismo. Desde meados do Século XIX, empregados assalariados trabalhavam lado a lado com escravos nos latifúndios do Sudeste brasileiro, sob as ordens dos mesmos administradores e capatazes, tornando inevitável a comparação. Testemunho disso é o diário do imigrante suíço Thomas Davatz, publicado em 1858, no qual comenta: «em virtude (...) da ausência de direitos em que costumam viver os colonos europeus na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como mercadorias, ou como escravos»⁴.

A primeira temporada do jovem Francesco no Brasil teve curta duração. Em 1900, dois anos depois de emigrar, ele retornou à Itália. Cansado e ferido no pé, caminhava apoiado em um pedaço de madeira, feito muleta improvisada. O machucado provocou uma lesão que o deixou levemente coxo para sempre. Mas a saúde geral era boa e ele voltou a buscar trabalho na Calábria. Corriam, então, dias difíceis na política italiana. No mês de julho, o rei Umberto I foi assassinado por outro imi-

³ Instituto brasileiro de geografia e estatística, *Anuário estatístico do Brasil*, Ibge, Rio de Janeiro 1950.

⁴ Tomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil*, tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo 1980, p. 86.

grante retornado, Gaetano Bresci, um anarquista natural da Toscana que vivera nos Estados Unidos. Em seguida ao atentado, o príncipe-herdeiro Vittorio Emmanuele, que viajava em cruzeiro pelo Mediterrâneo, desembarcou no porto de Reggio Calábria, em meio à comoção. Francesco, talvez influenciado pela torrente de notícias, somada às ideias que lhe vieram da recente incursão noutra parte do mundo, decidiu aprender a ler e escrever.

Por dois anos, teve aulas de letramento com um professor mais novo que ele, um adolescente que agia com seriedade e rigidez, castigando a desatenção ou o erro de seus alunos. Francesco contava que uma vez o jovem professor ergueu-se na ponta dos pés para admoestá-lo com um puxão de orelha. Como não havia grupo escolar em Paterno Calabro, as aulas aconteciam em uma sala do convento de San Francesco di Paola, onde, até 1950, foi ministrado o ensino elementar no *comune*. As turmas reuniam crianças de várias idades, além de jovens e adultos que buscavam alfabetização. A estruturação do ensino formal era incipiente no Sul da Itália, na virada do Século XX.

Em 1903, aos 21 anos, Francesco Sacchetta emigrou para o Brasil novamente. Obteve permissão para partir após dispensa médica do serviço militar, devido à dificuldade de caminhar que o fazia mancar. Desta vez, sua mãe o acompanhou. A irmã Rosina permaneceu na Itália, embarcando para o Brasil algum tempo depois com o marido Genarino Misasi e os filhos Santino, de quatro anos, e Giuseppe, de dois anos. Juntamente com Francesco, partiu outro jovem paternese, Mario Mancuso, que permaneceu ao lado do conterrâneo em seus primeiros anos no destino brasileiro. Francesco era o único do grupo com instrução elementar – aprendeu a ler e escrever o básico nos dois anos anteriores – condição suficiente para levar consigo, ao reemigrar, um livro sobre Carlos Magno na Calábria.

Nos relatos obtidos, ninguém soube dizer o título ou o enredo do livro que Francesco levou para o Brasil. Seria a *Canzone di Aspromonte*, obra na linha da *Canção de Rolando*, sobre a batalha do rei carolíngio nas montanhas calabresas? Seja qual for, um livro era item incomum na bagagem de um lavrador de leitura rudimentar. Não obstante, é um elo simbólico do letramento alcançado pelo rapaz. Pelo menos dois dos filhos mais velhos de Francesco mencionavam que o pai guardou o livro durante anos, mas nenhum deles o leu. Mesmo por que não eram fluentes em língua italiana.

O cunhado de Francesco Sacchetta, Genarino Misasi, por sua vez, apesar do iletramento completo – não sabia sequer assinar o nome – era sobrinho (ou sobrinho-neto) do escritor Nicola Misasi, o mais céle-

bre autor provindo de uma família de Paterno Calabro. Nicola Misasi nasceu em Cosenza no ano de 1850, de pais paterneses⁵. Diversos de seus contos apresentam personagens reais ou fictícios naturais de Paterno Calabro, ou desenvolvem narrativas naquele *paese*, entre o final do Século XIX e o início do XX, revelando-se documentos literários do modo de vida na região, no tempo em que partiram para o Brasil o grupo de imigrantes deste estudo⁶.

Francesco Sacchetta, Genarino Misasi e Mario Mancuso, ao chegar no Brasil, fixaram residência na Fazenda Gratão, pertencente à família Pereira Leite, no município de Brotas, região central do Estado de São Paulo, onde se empregaram na colheita do café. Na fazenda havia italianos de várias origens, mas só os protagonistas desta história provinham da Calábria. Havia também lavradores espanhóis e é com Marcelina Fernandes, uma jovem de 17 anos nascida na Andaluzia, que Francesco se casou, em 1908. Marcelina imigrou para o Brasil aos 11 anos de idade, na companhia de um tio. A convivência com colonos italianos desde cedo fez com que ela aprendesse bem o idioma italiano, no qual se comunicava melhor que em espanhol. No entanto, ela nunca soube português corretamente. Genarino Misasi, como foi dito, era casado com Rosina, irmã de Francesco Sacchetta. Mario Mancuso casou com uma jovem natural do Piemonte, cujo nome desconhecemos. As três jovens esposas eram analfabetas.

A tardia escolarização das populações trabalhadoras é uma das marcas em comum entre a Europa Meridional e a América do Sul, bem como de sua inter-relação histórica, considerando-se a transferência de centenas de milhares de homens e mulheres como fator constitutivo dos laços que unem as duas regiões. O índice de analfabetismo entre imigrantes italianos que desembarcaram no porto de Santos de 1908 a 1930 era de 41%. Entre imigrantes portugueses o analfabetismo ascendia a 56%, e a 72% sobre o total dos espanhóis, segundo o Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo. Para comparar, o índice de analfabetos no conjunto de imigrantes alemães aportados em Santos no mesmo período era de 13% e, no dos japoneses, 7%, ambos bastante abaixo das médias da Europa Meridional⁷.

⁵ Digital, Biblioteca fonoteca digitale calabrese [www.centrojazzcalabria.com].

⁶ Entre as obras de Nicola Misasi, a coletânea *Racconti Calabresi* destaca-se na apresentação da realidade de Paterno Calabro e seus habitantes na segunda metade do Século XIX. Nicola Misasi, *Racconti Calabresi*. 2ª ed., Gabriele Regina libraio-editore, Nápoles, 1892.

⁷ *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, São Paulo, out. 1940. *Separata do Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940*, p. 18.

As mudanças no perfil de instrução e escolaridade do grupo de cabreses deste estudo foram observadas já na primeira geração nascida no Brasil. Francesco Sacchetta e Marcelina tiveram 14 filhos. Genarino Misasi e Rosina tiveram 22 filhos. As duas famílias permaneceram nas fazendas de café. Mario Mancuso e a esposa piemontesa mudaram-se ainda na década de 1910 para a cidade de São Paulo, onde tiveram cinco filhos, talvez já um reflexo da opção pela vida urbana. Os membros da primeira geração aprenderam a ler na infância, alterando o padrão educacional dos pais. As crianças da família Mancuso, que se mudou para a capital paulista, completaram o ciclo escolar básico. As que permaneceram nas fazendas estudaram em escolas rurais e, em sua maioria, não completaram o ciclo elementar. Trabalhavam com os pais em serviços agrícolas sazonais (colheita, limpeza do terreno), participando da economia familiar, num contexto em que a instrução formal tinha papel secundário.

Em 1918, quinze anos após desembarcar no Brasil, Francesco adquiriu um lote de terra nas proximidades da estação ferroviária de Tabuleiro, na localidade do mesmo nome (a 234 quilômetros da cidade de São Paulo), entre a cidade de Itirapina e o povoado de Ventania, no caminho para Brotas. A estação de Tabuleiro foi inaugurada em 1901 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no ramal que atendia ao escoamento da produção agrícola, naquela fase de expansão da cafeicultura para o Centro-Oeste Paulista. O ramal foi um dos principais corredores de imigração italiana para o interior do território brasileiro.

A compra de um lote de terra deveria coroar anos de obstinação de Francesco, que na época trabalhava como apanhador de café ganhando 90 mil réis por mês. Com as economias reunidas ao longo de uma década e meia, ele pagou o terreno e contratou, por 400 mil réis, a construção de uma casa na chácara onde sua família iria morar. Empenhou, desse modo, os recursos financeiros que dispunha no lugar onde planejava ter sua própria plantação de café. Teria ali «feito a sua América», como construção emblemática da conquista de um trabalhador imigrante. Contudo, algumas semanas após adquirir o lote, seus filhos Antonio e Alexandre, de 9 e 6 anos, foram atacados por um cão raivoso. Para levá-los a um hospital, pediu empréstimo a Genarino Misasi, mas o cunhado negou. Num lance rápido, Francesco vendeu a chácara recém-comprada e embarcou de trem com os meninos para São Paulo. Lá permaneceu 21 dias com as crianças em tratamento contra o vírus da raiva no antigo Instituto Bacteriológico Paulista, centro de saúde incorporado em 1925 ao Instituto Butantã.

O ato desesperado da venda da chácara justificava-se. Nos anos an-

teriores, quatro de seus 14 filhos faleceram doentes, sem cuidado médico. Um deles, João, com apenas um ano de idade, morreu de tétano nos braços de Francesco e Marcelina, sob os olhos de toda a família impotente. Entre os 22 filhos de Genarino Misasi e Rosina, sete morreram sem atendimento médico. Nessa amostra, tem-se a dimensão de quase 1/3 de mortalidade infantil nas duas famílias. Ressalta, porém, em contraste à precariedade sanitária das fazendas onde viviam, a questão educacional das crianças, que no mesmo local obtiveram patamar básico de alfabetização.

Desde a virada do Século XX, o Estado de São Paulo encetou esforços para promover a instrução escolar. Porém, sem política pública para a Educação, contava com a ação de particulares, instituições religiosas e associações de imigrantes. Nos latifúndios cafeicultores, a iniciativa de contratar professores era dos fazendeiros e as aulas aconteciam fora do período da colheita, quando as crianças não estavam engajadas no trabalho. A infância dos filhos dos calabreses desse estudo – e sua escolarização, em particular – foi marcada pelas condições da economia brasileira em que se inseriam. Uma experiência coletiva vivenciada por milhares de filhos de imigrantes.

Após o episódio do ataque de cachorro louco e a venda do sítio em Tabuleiro, Francesco Sacchetta voltou a trabalhar como empregado, desta vez como podador de cafeeiros, em regime de parceria, na Fazenda Santa Angélica, ainda na região de Brotas. O contrato de trabalho agora lhe permitia utilizar um pedaço de terra em torno de sua casa para plantar e criar animais. Seus filhos de cinco a dez anos de idade derriçavam os grãos de café (debulhavam os frutos na colheita) para o fazendeiro.

Em 1923, Francesco Sacchetta e Genarino Misasi decidiram se transferir para a zona de desbravamento ocidental do Estado de São Paulo, região de mata virgem e terra roxa onde a agricultura se expandia. Ali, acreditavam, seria mais fácil adquirir um lote próprio. As duas famílias viajaram em carroções de bois até a zona pioneira de colonização, a chamada Boca do Sertão Paulista. As poucas cabeças de gado leiteiro que possuíam foram embarcadas de trem pela Ferrovia Paulista. No percurso, o gado extraviou. Francesco seguiu até a estação de Cafelândia, na tentativa de recuperar os animais. Não conseguiu e ainda teve seu dinheiro roubado, o que o obrigou a pedir esmola para retornar à estação de Pirajuí, onde a mulher e as crianças o aguardavam. Uma vez mais, desfez-se o projeto de adquirir um pedaço de terra. Duas décadas após desembarcar no Brasil, Francesco se encontrava sem bens, com uma prole de dez filhos.

Empregou-se, então, no serviço mais pesado e subalterno na divisão do trabalho no café: a derrubada da mata fechada, atividade disponível na zona pioneira para trabalhadores avulsos. Ocupações consideradas mais leves, como a formação de viveiros de plantas, eram destinadas aos imigrantes japoneses, que aportavam em contratos coletivos. Ou aos cossacos, vindos da Rússia, que na época se estabeleceram em Pirajuí.

Para as famílias italianas deste estudo, sem vínculo com as empresas de colonização agrícola, aqueles foram tempos de trabalho duro no desmatamento da região. Além do perigo de ataque por animais selvagens e dos insetos que infestavam os desflorestamentos, o Centro-Oeste do Estado de São Paulo ainda era habitada por índios Kaingangues, cuja “pacificação” havia oficialmente sido alcançada há menos de uma década. Na prática, continuava conflituoso o contato entre indígenas e trabalhadores⁸.

A partir de 1930, em consequência das crises econômica e política que o Brasil atravessou, ocorreram novas alterações no universo do trabalho e no âmbito da escolarização dos jovens. Genarino Misasi mudou-se para a cidade de Jaú e iniciou um negócio de transporte de café. Em carroções, levava as sacas dos sítios mais distantes aos terminais ferroviários, de onde eram enviados para o porto de Santos. Seus filhos o seguiram e deixaram a agricultura.

A desvalorização monetária dos terrenos agrícolas, por sua vez, possibilitou a Francesco Sacchetta adquirir um lote no ano de 1934. Ele tinha 52 anos e estava no Brasil há mais de 30. Os filhos mais velhos já haviam deixado a zona rural. Um deles se fixou em São Caetano do Sul, no cinturão industrial do ABC paulista. Outro filho mudou para Bauru e se empregou na seleção do café para exportar, denotando a transformação da economia paulista e a presença dos italianos e seus descendentes na formação do operariado.

Os filhos de Francesco Sacchetta que permaneceram na agricultura continuaram o trajeto migratório iniciado pelo pai. Entre 1948 e 1950, três filhos seus transferiram-se para o Norte do Paraná e compraram glebas nas zonas de expansão agrícola (Jandaia do Sul e São Pedro do Ivaí). As terras roxas da região atraíram o próprio Francesco, que vendeu seu sítio no Oeste Paulista, e adquiriu uma fazenda no vale do rio

⁸ Francisco Tidei de Lima, *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação de mestrado em história social, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 1978.

Ivaí. A área era então coberta de mata virgem, onde a vegetação mais frequente eram os palmiteiros. Ali uma parcela considerável da descendência de Sacchetta fixou residência, enquanto os familiares de Misasi se espalharam na porção central do Estado de São Paulo e os Mancuso na capital paulista.

A crise econômica de 1929 e o período que a sucedeu sugere o fim do percurso comum entre os protagonistas deste estudo e seus descendentes. A partir da dispersão territorial de Sacchetta, Misasi, Mancuso e seus filhos, delineiam-se diferenças crescentes no universo do trabalho e escolarização do grupo.

A segunda geração nascida no Brasil frequentou escolas regularmente, seja nas cidades, seja nas fazendas. Contudo, os filhos dos que permaneceram no campo alcançaram menor nível de instrução formal e menos anos de educação escolar. Tanto os que se mantiveram como lavradores assalariados, quanto os que adquiriram terras e se tornaram proprietários.

A baixa escolaridade das crianças que residiam nas zonas rurais, no universo deste estudo, manteve-se pelo menos até a década de 1970. Quanto aos que se estabeleceram nas cidades, as diferenças sociais determinaram a obtenção de maior ou menor grau de escolaridade. Toda a segunda geração fixada no meio urbano obteve nível médio de instrução. Aqueles cujos pais galgaram maior padrão social (comerciantes e funcionários em chefia) obtiveram percursos mais extensos de escolaridade, com média de nove anos de estudos entre os residentes nas cidades do Interior Paulista. Não há dados sobre os anos de estudo dos que habitavam a área metropolitana de São Paulo.

O acesso ao ensino universitário por descendentes de Francesco Sacchetta e Genarino Misasi é um índice relevante, ainda que não se tenha obtido informação sobre os descendentes de Mario Mancuso. Até onde foi possível apurar, na segunda geração nascida no Brasil, apenas três pessoas ingressaram em faculdades. Foram três mulheres graduadas nos cursos de Odontologia, Pedagogia e Letras (Língua Portuguesa/Latim). Nenhum dos descendentes masculinos de segunda geração frequentou faculdade. A presença feminina no ensino superior havia tomado certo impulso no Brasil após a promulgação da Constituição democrática de 1934, que garantiu às mulheres o direito de voto. Naquele mesmo ano foi criada a Universidade de São Paulo, notável pela recepção, nos anos seguintes, de alunas filhas de estrangeiros, sobretudo aquelas originárias de extrato intelectual familiar elevado, o que não era o caso do grupo imigrante enfocado neste estudo.

A igualdade de direitos políticos das mulheres e o acesso de algumas

jovens à universidade não correspondia, porém, às práticas sociais cotidianas. Um modelo educacional suscitado no Brasil nos anos de 1930 e 1940, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi o do ensino técnico, predominantemente masculino e voltado à formação profissionalizante para o trabalho. O acesso ao ensino superior só se ampliou posteriormente. Assim, é uma significativa exceção que as mulheres das famílias imigrantes paternesas tenham precedido os homens no ingresso em faculdades.

Francesco Sacchetta morreu aos 86 anos, em 1968, na zona rural de São Pedro do Ivaí, Norte do Paraná. Pouco antes, ele viajou para o Estado de São Paulo e presenciou à formatura universitária de uma de suas netas. Genarino Misasi morreu em 1972, aos 89 anos, em Jaú. Gabriela Occhiuto, mãe de Francesco, faleceu aos 96 anos. Longa vida desse grupo imigrante paternese. Até o início dos anos de 1970, seus descendentes se dispersaram em fazendas e cidades do Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, participando de variado leque social e educacional, o que denota a diversidade de sua inserção na sociedade brasileira.

Para concluir – afastando-se momentaneamente do conteúdo específico sobre as trajetórias de escolarização das famílias calabresas observadas neste estudo – importa ressaltar a construção teórica elaborada pela historiadora Zuleika Alvim, acerca da ocorrência de um fenômeno transoceânico de proletarização entre a Itália e o Brasil na passagem do Século XX.

Na concepção da autora, o processo teve início em solo europeu e se completou em terras sul-americanas, com a transferência de milhares de trabalhadores para a zona cafeeicultora do Sudeste brasileiro. O fio de condução e permanência teria sido o desenvolvimento tardio do capitalismo nas duas regiões⁹.

A perspectiva de um fenômeno histórico transcontinental, integrado e interdependente, compreende a imigração como *continuum*, não como ato de emigrar. É com esse instrumental que se considera o interesse acadêmico no percurso de escolarização do pequeno grupo emigrado de Paterno Calabro e seus descendentes.

Um processo histórico de pessoas comuns, cuja única excepcionalidade talvez tenha sido a precedência das mulheres no acesso ao ensino superior. É uma narrativa que talvez nunca conste nos manuais. Noutro sentido, entretanto, este estudo propõe a educação, em sua categoria

⁹ Zuleika Alvim, *Brava Gente*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1976.



de escolaridade formal, como linha de força e elemento constitutivo de um campo de reflexão sobre os deslocamentos humanos entre a Europa Meridional e a América do Sul. Educação como tópico conceitual de visão sobre os dois continentes. Um terreno de estudo que seja adicionalmente capaz de redefinir em si a relação Sul-Sul no âmbito dos estudos migratórios.

